

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO  
SANTO - CODESA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

## COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

### Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

# COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA (“Codesa” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site: <http://www.vports.com.br>

## **APRESENTAÇÃO**

A Vports, nova marca da Codesa, é o primeiro e único porto organizado sob gestão privada no Brasil, após processo de desestatização e concessão realizado em 2022. Com prazo contratual de 35 anos, com possibilidade de ser renovado por mais cinco ao final desse período, o contrato estabelece uma série de compromissos, dentre eles investimentos para potencializar o complexo portuário.

Em uma localização estratégica, a Companhia está presente na costa brasileira por meio dos terminais de Vitória (Cais Comercial), Vila Velha (Capuaba) e Aracruz (Barra do Riacho). A área de atuação se estende pelo país, conectando negócios desde o Sudeste até o Centro-Oeste brasileiro para viabilizar a movimentação de cargas.

Sendo o único porto multipropósito do Espírito Santo e concentrado em uma atuação mais diversificada e multimodal, ele contempla catorze berços de atracação e opera mais de trinta tipos de cargas, entre importação e exportação, como contêiner, trigo, automóveis, produtos siderúrgicos, malte, rochas ornamentais, concentrado de cobre, fertilizantes, graneis líquidos etc., incluindo o serviço às embarcações offshore. Conta, ainda, com pátios para montagem e armazenamento de peças e equipamentos. Sua moderna infraestrutura atende a diversos usuários, como operadores portuários, agentes de navegação e armadores.

Com eficiência, qualidade e segurança, a Companhia reúne tecnologia de ponta e alta performance para impulsionar os resultados, atuando como um verdadeiro elo logístico e um relevante indutor no desenvolvimento socioeconômico do país.

## DESTAQUES 2022

A transferência do controle acionário da Companhia, associado à concessão do serviço público de administração dos portos organizados de Vitória e Barra do Riacho, conforme o Edital do Leilão nº 01/2022 – PPI/PND, publicado pelo BNDES em 21 de janeiro de 2022, foi nas condições seguintes:

- a) a oferta de 90% das ações da União ao comprador e os 10% restantes a serem ofertados aos Aposentados e Empregados da Companhia;
- b) obrigatoriedade de aumento de capital de no mínimo 25% da bonificação de outorga, com direito de preferência aos demais acionistas;
- c) obrigatoriedade do comprador em adquirir as sobras dos 10% das ações ofertadas aos Aposentados e Empregados.

O Fundo de Investimentos em Participações SHELF 119 MULTISTRATEGIA , sagrou-se vencedor no leilão ocorrido em 30 de março de 2022, na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, com uma bonificação de outorga de R\$ 106 milhões, cujo resultado foi homologado pelo BNDES em 14 de junho de 2022.

O Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a União para aquisição de 5.858.234.864 ações do leilão e o Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado do Espírito Santo, acionista minoritário que exerceu o direito de alienar pelo mesmo preço de venda da União 26.038.457 ações ordinárias nominativas sem valor nominal detidas na Companhia, foram assinados em 05.09.2022, com a liquidação financeira de ambos os contratos.

Nessa mesma data deu-se o início da oferta dos 10% de ações da União aos Aposentados e Empregados e foi aprovado em AGE o aumento de capital em R\$ 29.431.419,58 mediante a emissão de 587.932.574 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e o acionista majoritário subscreveu e integralizou 529.373.487 ações, de forma proporcional à sua participação no capital social da Companhia, no valor de R\$ 26.500.000,00, correspondente a 25% da bonificação de outorga, cumprindo a obrigação de aumento de capital e destinou o restante de 58.559.087 ações, no valor de R\$ 2.931.419,58, ao direito de preferência aos acionistas minoritários. Em 16.09.2022 a Companhia liquidou com o Poder Concedente, a União, o valor da bonificação de outorga de R\$ 106 milhões.

Os Aposentados e Empregados adquiriram 46.656.000 ações da oferta da União, com sobra de 604.260.000 ações que foram adquiridas pelo acionista comprador da Companhia, cumprindo a obrigação estabelecida no Edital.

Das ações ofertadas ao direito de preferência foram subscritas e integralizadas 741.284 ações, em novembro de 2022, com sobra de 3.456.091 ações, concedendo-se novo prazo para o exercício do direito à preferência e com prazo para subscrever e integralizar até 19.01.2023.

O contrato de concessão entre a Concessionária e o Poder Concedente foi assinado em 20.09.2022, com eficácia a partir de 21.09.2022, data de sua publicação, e vigência pelo prazo de 35 anos.

Durante o ano, crescemos de maneira sustentável, reforçando nosso compromisso de impactar positivamente a sociedade e o meio ambiente. Reconhecemos a pauta ESG como a única solução possível para a longevidade do nosso negócio, entendimento que nos direciona a demonstrar como questões ambientais, sociais e de governança agregam valor aos nossos projetos e operações.

Nos orgulhamos das conquistas registradas até agora e, com uma visão construtiva para o ano que se inicia, nossa organização está focada em continuar avançando. Agradecemos a todos nossos funcionários, parceiros e investidores que fizeram parte das nossas realizações de 2022.

## RESULTADO CONSOLIDADO

DRE	FY 2022	FY 2021	YoY
<b>Receita bruta</b>	<b>195.588</b>	<b>197.468</b>	<b>(1%)</b>
<b>Receitas operacionais</b>	<b>132.329</b>	<b>136.134</b>	<b>(3%)</b>
<b>Receitas patrimoniais</b>	<b>63.259</b>	<b>61.334</b>	<b>3%</b>
(-) Deduções	(22.611)	(24.570)	(8%)
<b>= Receita operacional líquida</b>	<b>172.977</b>	<b>172.898</b>	<b>0%</b>
(-) Custos dos serviços prestados	(81.250)	(61.907)	31%
<b>= Lucro bruto</b>	<b>91.727</b>	<b>110.991</b>	<b>(17%)</b>
<b>(-) Despesas operacionais</b>	<b>(138.268)</b>	<b>(75.723)</b>	<b>83%</b>
Despesas gerais e administrativas	(61.674)	(44.986)	37%
Outras receitas/Despesas operacionais	(76.594)	(30.737)	149%
<b>= EBIT</b>	<b>(46.541)</b>	<b>35.269</b>	<b>(232%)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquida</b>	<b>7.831</b>	<b>(5.571)</b>	<b>241%</b>
Receitas financeiras	20.515	5.669	262%
Despesas financeiras	(12.684)	(11.240)	13%
<b>= Lucro antes do imposto de renda</b>	<b>(38.710)</b>	<b>29.698</b>	<b>(230%)</b>
CSLL e IRPJ -Correntes	(7.582)	(10.511)	(28%)
CSLL e IRPJ -Diferido	16.780	48.318	(65%)
<b>= Resultado líquido do exercício</b>	<b>(29.512)</b>	<b>67.504</b>	<b>(144%)</b>
(+/-) IR e CS e Diferidos	(9.198)	(37.806)	(76%)
(+/-) Resultado Financeiro	(7.831)	5.571	(241%)
(+/-) Depreciação e Amortização	15.180	13.641	11%
<b>= EBITDA</b>	<b>(31.361)</b>	<b>48.909</b>	<b>(164%)</b>

### RECEITA

A receita operacional líquida ficou estável se comparada ao ano de 2021, mesmo com a redução na movimentação do ano, devido a uma menor exportação de produtos siderúrgicos. Tivemos a revisão da metodologia tarifária e o reajuste anual dos contratos das áreas arrendadas, compensaram o feito do volume.

### CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Houve acréscimo de 31% em relação a 2021, totalizando R\$ 81.250 mil em 2022. Com destaque para os custos de depreciação e amortização e de pessoal que subiram 30% no período. Neste ano, iniciamos a apuração e fomos impactados pelo custo das obrigações da concessão e da outorga variável, que é calculada no valor de 7,5% da receita bruta da Companhia.

### DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais atingiram o valor de R\$ 138.268 mil em 2022, acréscimo de 83% em comparação a 2021. Com destaque para as provisões passivas que subiram 748% no período em função da revisão da nova gestão dos processos judiciais com a atualização monetária e inclusão de novos processos. Outra despesa relevante é de provisão do complemento de aposentadoria, prevista em acordo coletivo para funcionários admitidos até 04/05/1965. Nos exercícios anteriores essa rubrica era lançada na despesa mês a mês, no entanto, com a avaliação da nova gestão sobre a obrigatoriedade desse benefício, foi devido lançar a provisão do valor total, que em 2022 representou R\$ 11.943 mil.

## **EBITDA**

O EBITDA atingiu o valor de R\$ 31.361 mil negativo em 2022, redução de 164% em comparação a 2021. Os principais reflexos são os ajustes nas provisões feitos pela nova gestão e o aumento dos custos dos serviços prestados em 2022, principalmente com as obrigações do contrato de concessão.

## **RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro líquido atingiu o valor de R\$ 7.831 mil em 2022, acréscimo de 241% em comparação a 2021. O principal reflexo é nas contas de receita de aplicação financeira.

## **LUCRO LÍQUIDO**

A Companhia apresentou um prejuízo contábil em 2022 de R\$ 29.512 mil, apresentando uma redução de 144% em relação a 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

A Administração da Companhia agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos durante o ano de 2022.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, inciso “V” da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 80/22”), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório do auditor independente emitido em 22 de março de 2023 pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda, CRC – 2SP013846/O-1-S-ES.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, inciso “VI” da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Vitória, 22 de março de 2023.



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa  
Vitória - ES

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

#### Saldos iniciais

Conforme requerido pela NBC TA 510 (R1) - Trabalhos iniciais, saldos iniciais, aplicamos procedimentos de auditoria adicionais sobre transações e valores que compõem os saldos iniciais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Contudo, tais procedimentos não foram suficientes para assegurar a inexistência de efeitos relevantes que pudessem impactar o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Alteração do controle acionário da Companhia

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, em 30 de março de 2022 a Companhia Holding Codesa S.A. (controladora) comprou da União Federal as ações da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa por meio do leilão de desestatização. Em 05 de setembro de 2022, ocorreu a liquidação da compra e venda das ações do Capital Social da Codesa de titularidade da União, em lote único de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, devidamente integralizadas conforme o contrato de compra e venda de ações e outras avenças. Nosso relatório não contém modificação em relação e esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Leilão de desestatização e contrato de concessão

O Contrato de Concessão firmado em decorrência do Leilão de Desestatização ocorrido em março de 2022, trouxe a necessidade da revisão das práticas contábeis até então adotadas pela Companhia, bem como em relação a elaboração e apresentação de suas demonstrações contábeis que devem estar em *compliance* aos normativos IFRS e CVM. Entre as principais alterações, destacamos:

- Reconhecimento de outorgas (fixas e variáveis) e reclassificação de ativo imobilizado para ativo intangível;
- Registro de obrigações com poder concedente;
- Tratamento de estimativas e provisões;
- Apresentação de notas explicativas.

Devido à relevância dos procedimentos e valores envolvidos, da natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar desse assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria necessários a avaliação das modificações implementadas consideramos o tema Leilão de desestatização contrato de concessão como assunto significativo para a nossa auditoria.

### Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Análise do contrato de concessão;
- Indagação e discussões junto aos responsáveis pelo acompanhamento do contrato e das práticas contábeis adotadas;
- Avaliação das práticas contábeis adotadas e sua correspondência ao normativo contábil e regulatório vigentes;
- Avaliação das práticas adotadas na apresentação das demonstrações contábeis e sua correspondência ao normativo contábil e regulatório vigentes.

Como resultado dos procedimentos aplicados concluímos que as práticas contábeis adotadas para registro das transações, elaboração e apresentação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 são adequadas em relação ao disposto no Contrato de Concessão e ao disposto nos normativos contábeis e regulatórios.

## Benefícios a empregados (Notas Explicativas nºs 20 e 22)

---

A CODESA é uma das entidades patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de Previdência Complementar - EFPC que está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por características contribuições mensais em benefício dos empregados, custeado na mesma proporção pela Companhia e empregados.

Para atualização e contabilização dos impactos relacionados ao plano de aposentadoria, a Companhia emprega especialista atuarial independente.

A diversidade de aspectos técnicos específicos, bem como a relevância dos valores envolvidos em relação ao Plano de Benefícios, torna necessária a aplicação de procedimentos de alto grau de especialização e complexidade que resultam na necessidade do envolvimento de especialistas atuariais e na extensão do esforço de auditoria para tratar desse assunto. Por essas razões consideramos o assunto Plano de Benefícios a Empregados como assunto significativo para a nossa auditoria.

## Resposta da auditoria ao assunto

---

Nossa abordagem de auditoria considerou a aplicação dos seguintes procedimentos principais:

- Entendimento das características do plano de benefícios;
- Análise, com a utilização de especialistas atuariais, da metodologia, cenários de julgamento e premissas utilizados pela administração para cálculo das obrigações;
- Comparação das práticas adotadas pela Companhia com as práticas de mercado;
- Avaliação se as práticas adotadas pela Companhia estão em compliance com as determinações da NBC TG 33 (R2) - Benefícios a Empregados;
- Avaliação de sensibilidade considerando diferentes cenários para principais premissas utilizadas, tais como: as principais hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial;
- Análise da evolução de custeio, da variação das provisões matemáticas e dos principais riscos atuariais e possíveis soluções.

Como resultado dos procedimentos aplicados concluímos que os cálculos efetuados e registros das correspondentes provisões conduzidas pela administração são adequadas, bem como é adequada a divulgação efetuada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022.

#### Provisão para demandas judiciais

---

As provisões para demandas judiciais constituídas pela Companhia decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, e/ou adquiridos como parte de combinações de negócios realizadas no passado.

A Companhia, com o auxílio de seus assessores jurídicos internos e externos, exerce julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como a divulgação de processos não provisionados, caso a expectativa de perda seja considerada como possível.

Devido a relevância dos valores envolvidos, do alto grau de julgamento envolvido e, conseqüentemente, da natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar desse assunto, consideramos a avaliação de ações em curso e contingências s como assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

##### Valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros Auditores Independentes, que emitiram relatório de opinião de auditoria sem ressalvas datado em 07 de fevereiro de 2022.

#### Resposta da auditoria ao assunto:

---

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Indagação aos responsáveis pela área jurídica sobre o seu entendimento do estágio em que se encontram as principais ações em cursos de natureza fiscal, trabalhista e cível;
- Obtenção de confirmação externa acerca dos prognósticos de perda e valores processuais junto aos advogados externos da Companhia;
- Confrontação dos controles do departamento Jurídico da Companhia com as informações assessores jurídicos externos;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos razoáveis os níveis de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - ES

Eduardo Affonso de Vasconcelos  
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 -S - ES

# COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - CODESA

## Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.642	131.445	Fornecedores	15	8.623	3.688
Contas a receber de clientes	5	5.621	12.933	Adiantamentos de clientes - contas a receber	5	2.508	3.135
Créditos negociados com clientes	6	5.400	1.186	Obrigações tributárias	16	605	1.233
Estoques		75	74	Salários e encargos	17	9.910	5.989
Tributos a recuperar	7	10.969	19.273	Arrendamentos mercantil	18	493	562
Despesas antecipadas	8	10.177	22	Adiantamento clientes - arrendamento	19	2.000	2.000
Outros créditos	9	1.158	3.688	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	20	9.469	7.933
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>116.042</b>	<b>168.621</b>	Obrigações com Poder Concedente	21	3.804	-
<b>Não circulante</b>				Benefício pós emprego	22	1.914	-
Depósitos judiciais	10	47.585	53.691	Outras contas a pagar	23	881	3.731
Impostos diferidos	11	68.949	50.523	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>40.207</b>	<b>28.271</b>
Outros créditos	12	8.421	6.191	<b>Não circulante</b>			
Investimentos		2	2	Impostos diferidos	11	5.015	3.368
Imobilizado	13	46.979	415.872	Arrendamentos mercantil	18	5.297	5.002
Intangível	14	710.598	-	Adiantamento clientes - arrendamento	19	20.000	22.000
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>882.534</b>	<b>526.279</b>	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	20	78.040	80.477
				Benefício pós emprego	22	35.653	46.210
				Provisão para demanda judicial	24	65.406	13.605
				Obrigações com Poder Concedente	25	267.897	-
				Outras contas a pagar	26	6.852	7.069
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>484.160</b>	<b>177.731</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital Social	27.1	568.568	550.292
				Adiantamento Aumento de Capital - AFAC	27.3	-	21.197
				Ajustes de avaliação patrimonial	27.4	17.204	(540)
				Prejuízos acumulados	27.5	(111.563)	(82.051)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>474.209</b>	<b>488.898</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>998.576</b>	<b>694.900</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>998.576</b>	<b>694.900</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - CODESA

## Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	28	172.977	172.898
Custo dos serviços e das mercadorias vendidos	29	(81.250)	(61.907)
<b>Lucro bruto</b>		<b>91.727</b>	<b>110.991</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	29	(61.674)	(44.986)
Outras receitas e despesas, líquidas	30	(76.594)	(30.737)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(46.541)</b>	<b>35.268</b>
<b>Resultado financeiro</b>	31		
Receitas financeiras		20.515	5.669
Despesas financeiras		(12.684)	(11.240)
<b>Lucro líquido/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>(38.710)</b>	<b>29.697</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>			
Correntes	11	(7.582)	(10.511)
Diferidos	11	16.780	48.318
<b>Lucro líquido/(prejuízo)do período</b>		<b>(29.512)</b>	<b>67.504</b>
<b>Resultado por ações ordinárias em Reais - R\$</b>	27.2	<b>(0,0042)</b>	<b>0,0102</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - CODESA

## Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

---

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido/(prejuízo) do período		(29.512)	67.504
Outros resultados abrangentes	27.4	17.744	13.376
Resultado abrangente total do período		<u>(11.768)</u>	<u>80.880</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - CODESA

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Adiantamento Aumento de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>297.940</b>	<b>264.844</b>	<b>(13.916)</b>	<b>(148.681)</b>	<b>400.187</b>
Ajustes exercícios anteriores		-	-	-	(874)	(874)
Outros resultados abrangentes		-	-	13.376	-	13.376
Aporte de capital		252.352	-	-	-	252.352
Adiantamento para aumento de capital		-	(243.647)	-	-	(243.647)
Resultado do período		-	-	-	67.504	67.504
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>550.292</b>	<b>21.197</b>	<b>(540)</b>	<b>(82.051)</b>	<b>488.898</b>
Outros resultados abrangentes	27.4	-	-	17.744	-	17.744
Aporte de capital	1.1	26.537	-	-	-	26.537
Adiantamento para aumento de capital	27.3	-	(21.197)	-	-	(21.197)
Redução de capital social	13	(8.261)	-	-	-	(8.261)
Resultado do período	27.2	-	-	-	(29.512)	(29.512)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>568.568</b>	<b>-</b>	<b>17.204</b>	<b>(111.563)</b>	<b>474.209</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - CODESA

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro do período	(29.512)	67.504
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciações e amortizações	15.180	13.641
Provisões para demanda judicial	59.919	(2.429)
Perda Estimada com crédito de liquidação duvidosa	587	5.385
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.780)	(47.154)
Imposto de renda corrente	7.582	-
Adiantamento clientes - arrendamento	(2.000)	(2.000)
Juros apropriados - arrendamento mercantil	378	545
Juros apropriados - TCF Portus	2.289	(3.905)
Juros valores negociados com clientes	(2.302)	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(3.928)	1.250
Ajuste de exercício anterior	-	(874)
Ajuste avaliação patrimonial	-	13.375
Complementação de aposentadoria	11.942	-
AVP + juros obrigação poder concedente	7.897	-
Baixa do Imobilizado sem perspectiva de realização	2.771	-
Obrigações com o poder concedente	3.804	-
<b>Lucro ajustado</b>	<b>57.827</b>	<b>45.338</b>
<b>Redução/(aumento) em ativos operacionais:</b>		
Contas a receber - clientes	6.725	(10.694)
Créditos negociados com os clientes	(1.910)	12.823
Estoques	(1)	23
Impostos a recuperar	8.304	11.790
Despesas antecipadas	(10.155)	253
Depósitos judiciais	10.034	(8.971)
Outros créditos	300	(645)
<b>Aumento/(redução) em passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	4.935	1.839
Obrigações tributárias	2.777	634
Obrigações trabalhistas	3.921	726
Adiantamentos de clientes	(627)	1.543
Pagamento Portus	(6.030)	10
Provisões para riscos	(8.118)	(13.369)
Outras contas a pagar	(3.067)	(1.640)
IR/CS pagos	(10.987)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>53.928</b>	<b>39.660</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Imobilizado e intangível	(1.175)	(1.564)
Outorga de bonificação	(106.000)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(107.175)</b>	<b>(1.564)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de arrendamento mercantil	(896)	(1.065)
Devolução AFAC	(21.197)	(243.647)
Aumento (redução) de capital social	26.537	252.352
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>4.444</b>	<b>7.640</b>
<b>(Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(48.803)</b>	<b>45.736</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>		
No início do período	131.445	85.709
No fim do período	82.642	131.445
<b>(Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(48.803)</b>	<b>45.736</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - CODESA

## Demonstrações do valor adicionado Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Receita</b>		
Receita da operação portuária	132.329	136.134
Receita de arrendamentos	63.258	61.334
Vendas canceladas	(920)	(2.855)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(587)	(20.932)
	<u>194.080</u>	<u>173.681</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos serviços prestados	(25.776)	(19.106)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(83.688)	(6.508)
	<u>(109.464)</u>	<u>(25.614)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>84.616</u>	<u>148.067</u>
<b>Retenções</b>	<u>(15.180)</u>	<u>(13.641)</u>
Depreciação/amortização	(15.180)	(13.641)
<b>Valor adicionado produzido pela Entidade</b>	<u>69.436</u>	<u>134.426</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<u>20.581</u>	<u>(9.232)</u>
Receitas Financeiras	20.515	5.669
Outras Receitas e Despesas (Reversões/Provisões)	-	(8.593)
Outras	66	(6.308)
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u>90.017</u>	<u>125.194</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	46.255	46.824
Benefícios a empregados	31.830	11.850
Honorários de conselhos	567	549
FGTS	2.831	2.388
<b>Tributos</b>	-	-
Federais	21.094	(19.733)
Estaduais	195	181
Municipais	3.666	3.713
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>		
Juros e variações monetárias	12.684	11.239
Aluguéis	407	679
<b>Remuneração de capital próprio</b>		
Lucro do período	(29.512)	67.504
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>90.017</u>	<u>125.194</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA ("CODESA" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A CODESA tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 ("Contrato de concessão"), e Edital nº 01/2022 - PPI/PND ("Edital").

### 1.1. A alteração do controle acionário da Companhia

As ações do capital social da Companhia detidas pela Holding Codesa S.A. foram compradas da União Federal e do Estado do Espírito Santo no exercício de 2022. A transação relacionada a parcela das ações de titularidade da União, ocorreu via leilão de desestatização realizado em 30 de março de 2022 ("Leilão"), na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Em 05 de setembro de 2022, ocorreu a liquidação da compra e venda de 90% das ações do capital social da CODESA de titularidade da União, conforme o Contrato de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda das Ações") (Edital do Leilão nº 01/2022 - PPI/PND) e a liquidação da compra e venda da totalidade das ações pertencentes ao Estado do Espírito Santo. Após ambas as liquidações a União permaneceu com 650.916.000 (seiscentos e cinquenta milhões, novecentos e dezesseis mil,) ações que foram oferecidas aos empregados e aposentados da CODESA, nos termos do Anexo 8 do Edital do leilão. Após a compra de ações ofertadas aos minoritários a Holding CODESA comprou as 604.260.000 (seiscentas e quatro milhões, duzentos e sessenta mil) ações não adquiridas pelos empregados e aposentados.

O Edital do Leilão determinou que a vencedora do leilão deveria integralizar, no mínimo, 25,00% do total da Bonificação de Outorga por meio do aumento do capital social da CODESA. Este aumento de capital social foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, por meio da aprovação da emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal em volume de até 587.932.574 (quinhentos e oitenta e sete milhões, novecentos e trinta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro) ações, levando em consideração o exercício do direito de preferência dos minoritários. No ato a Holding Codesa S.A., subscreveu 529.373.487 ações, de maneira proporcional à sua participação societária no capital integralizando em moeda corrente nacional, o montante total de R\$ 26.500 correspondente aos 25% (vinte e cinco por cento) da Bonificação de Outorga, de acordo com a Seção XI - "Do aumento de capital social", do Edital.

O restante do aumento de capital social aprovado na AGE, equivalente a 58.559.087 ações, ficou disponível para ser subscrito por empregados ou aposentados da CODESA, nos termos do Anexo 8 do Edital.

Em outubro de 2022, os acionistas minoritários foram notificados para manifestarem seu direito de preferência para manutenção da proporcionalidade acionária. Ao fim do exercício já haviam aportado o montante de R\$ 37 ao capital social, entretanto ainda estava em andamento o prazo para manifestação da compra de sobra de ações (Nota 35.1 - Eventos Subsequentes).

## 1.2. Concessão do Porto Organizado

Em 20 de setembro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre União Federal e a Companhia Docas do Espírito Santo cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Companhia por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 22 de março de 2023. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26 (R1) apresentação das demonstrações contábeis.

### 2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou "IFRS", emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras intermediárias é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

## 2.3. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistentes com relatório interno fornecido à diretoria executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Companhia.

A Companhia tem como principais receitas as advindas de tarifas portuárias e contratos de arrendamento.

## 2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

## 2.5. Reconhecimento de receitas e despesas

### 2.5.1. Prestação de serviços continuados, e outros

As receitas e os custos com serviços prestados são reconhecidos quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

## 2.6. Tributação

### 2.6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL") está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 15,00% (com 10,00% de adicional sobre o valor que exceder a R\$ 20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9,00% respectivamente.

### 2.6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando sua realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Anualmente, a Companhia avalia a realização do imposto diferido ativo e, caso sua utilização não seja provável, o saldo não é reconhecido.



### 2.6.3. Impostos sobre as vendas e serviços

Em operações de prestação de serviços, o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade).

O Imposto Sobre Serviços ("ISS") é calculado de maneira similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços. As alíquotas das cidades onde a Companhia mantém atividade é de 5,00%.

## 2.7. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 2.7.1. Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- i. Ao custo amortizado;
- ii. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- iii. Ao valor justo por meio do resultado.

## 2.8. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

#### 2.8.1. Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

#### 2.8.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominados em reais (R\$), para os quais não existem muitas tampouco outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

##### 2.8.2.1. Contas a receber e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

#### 2.8.2.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

#### 2.8.3. Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

### 2.9. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem fornecedores, adiantamentos de clientes, termo de compromisso com o Portus.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### 2.9.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 2.9.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente fornecedores.

## 2.10. Desreconhecimento (baixa)

### 2.10.1. Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou (iii) a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo que venha a; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

### 2.10.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

### 2.10.3. Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.11. Despesas antecipadas

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

#### 2.12. Ativos de direito de uso e passivo com arrendamento

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso é com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de maneira linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso são registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 8,61% a.a. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso, caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

O impacto da Implementação do CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento (IFRS 16), está demonstrado na Nota Explicativa nº 3.2.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem prospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento.

Os impactos identificados pela adoção nos ativos e passivos da Companhia foram certos contratos de locações de imóveis.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de ativos de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil eram conforme segue:

Ativos de direito de uso	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.537
Adições	2.137
Efeito Renovação	(1.661)
Amortização (resultado operacional)	(604)
Crédito PIS/COFINS	(52)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.357</u>
Passivo de arrendamento mercantil	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.564
Adições	2.137
Juros apropriado	378
Efeito Renovação	(1.393)
Amortização (resultado operacional)	(896)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.790</u>

### 2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

#### 2.14. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

#### 2.15. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

No exercício de 2022, a avaliação foi com base no bem de maior relevância no imobilizado conforme os estabelecimentos no contrato de concessão.

#### 2.16. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias e 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

#### 2.17. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

#### 2.18. Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.



## 2.19. Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

## 2.20. Distribuições de lucros

Conforme previsto no estatuto da Companhia a distribuição de lucros aos sócios poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que haja levantamento de balanço ou balancete intermediário que demonstre lucro acumulado. A política de dividendos da Companhia, determina que o lucro líquido apurado, de acordo com a legislação pertinente, terá a seguinte destinação:

- i. Absorção de prejuízos acumulados;
- ii. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- iii. No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela CODESA.

O saldo de lucro remanescente será destinado para a constituição de reservas de retenção de lucros nos termos da lei. A constituição de reservas de retenção de lucros não poderá prejudicar a destinação do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

## 2.21. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

#### 2.21.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

#### 2.21.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

##### a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio):

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Provisões para riscos:

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 25). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c) Realização do imposto de renda diferido:

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

3. Novas normas e interpretações, e revisões

Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado;

Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso;

3.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:

A companhia não adotou, de maneira antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	2.694	93
Operações compromissadas (a)	79.948	131.352
	<u>82.642</u>	<u>131.445</u>

(a) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber e adiantamentos de clientes

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Faturas a receber de clientes	15.015	21.740
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.394)	(8.807)
Contas a receber	5.621	12.933
Adiantamentos de clientes (Passivo)	(2.508)	(3.135)

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito a incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

O critério adotado e vigente para a constituição da PECLD na Companhia é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos há mais de 180 dias. Nessa situação, além dos créditos vencidos há mais de 180 dias, considera-se como perda estimada todos os créditos do cliente, independentemente do seu vencimento.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumarizada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	(8.807)
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(721)
Reversão	134
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(9.394)

O critério gerencial estabelecido pela Companhia atende em termos de valores provisionados aos critérios estabelecidos pelo CPC 48.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	4.263	-	8.233	(109)
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	1.287	(0)	2.888	(468)
De 31 a 60 dias	1	(1)	1.207	(468)
De 61 a 180 dias	236	(165)	3.411	(1.871)
De 181 a 365 dias	344	(344)	2.232	(2.122)
Mais de 365 dias	8.884	(8.884)	3.769	(3.769)
	15.015	(9.394)	21.740	(8.807)

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Créditos negociados com clientes

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Títulos a receber de clientes	17.884	13.670
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.484)	(12.484)
Total de contas a receber	5.400	1.186

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso.

A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	5.400	-	1.186	-
Títulos vencidos:				
Mais de 365 dias	12.484	(12.484)	12.484	(12.484)
	17.884	(12.484)	13.670	(12.484)

7. Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a compensar	6.573	3.613
CSLL a compensar	1.431	554
INSS retido a compensar	151	170
PIS a compensar	472	472
COFINS a compensar	2.245	2.245
Crédito PIS/ COFINS aquisição de bens	-	12.077
Outros tributos	97	142
	10.969	19.273

8. Despesas antecipadas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Licença de software	82	7
Seguro de Vida usuários e Terceiros	14	15
Seguros Responsabilidade Civil (b)	155	-
Seguros bens móveis e imóveis (b)	2.393	-
Dragagem de manutenção (a)	7.435	-
Seguro garantia contrato de concessão (b)	83	-
Seguro garantia	15	-
Circulante	10.177	22

- (a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram registrados no balanço como despesas antecipadas a sua apropriação está ocorrendo no resultado de acordo com a perspectiva de obtenção de benefício econômico desse serviço visto que tanto nos estudos da Dragagem de Aprofundamento realizada em 2017, quanto nos Estudos e Modelagem (Relatório de Avaliação Técnico-Operacional) conduzidos pela BNDES para a venda da Companhia, identificou-se a necessidade de contratação contínua desse serviço a cada 2 anos. Essa forma de apropriação, além de atender a contabilidade regulatória do setor portuário (SICARSPANTAQ), reflete o impacto no resultado pelo princípio da competência. Parte do valor da dragagem encontra-se no grupo de Outros créditos, registrada no não circulante (Nota Explicativa nº 12);
- (b) Seguros obrigatórios do contrato de concessão.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros créditos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a funcionários	1.094	1.419
Assistência médica a recuperar	59	1.179
Créditos convênios	-	1.048
Outros créditos	5	42
Total	<u>1.158</u>	<u>3.688</u>

10. Depósitos judiciais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos trabalhistas	33.277	41.077
Depósitos recursais	3.739	3.396
Depósitos outros	10.569	9.218
Total	<u>47.585</u>	<u>53.691</u>

A seguir a abertura da movimentação dos saldos judiciais no período:

Depósitos Judiciais	Trabalhista	Recursal	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.077	3.396	9.218	53.691
Depósitos/Bloqueios	7.524	659	867	9.050
Juros/Atualizações/IR	2.851	88	989	3.928
Resgates CODESA	(2.159)	(154)	(10)	(2.323)
Saques Reclamantes	(16.035)	(255)	(529)	(16.819)
Transferência	19	5	34	58
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>33.277</u>	<u>3.739</u>	<u>10.569</u>	<u>47.585</u>

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
I - Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	(38.710)	29.697
	-	-
II.I- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas CSLL	12.183	11.416
II.II- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas IR	12.183	11.337
III.I - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro (I + II.I)	(26.527)	41.113
III.II - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro (I + II.II)	(26.527)	41.035
IV - Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ	9.043	(13.935)
Alíquotas de 15% IRPJ	3.979	(6.155)
Alíquota adicional de 10% IRPJ	2.677	(4.087)
Alíquotas de 9% CSLL	2.387	(3.693)
V - Incentivo Fiscal	155	189
VI - Reconhecimento inicial Diferido	-	51.553
VII - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados (V + VI + VII)	9.198	37.807
Alíquota efetiva	-23,76%	127,30%
IRPJ e CSLL Correntes	(7.582)	(10.511)
IRPJ e CSLL Diferidos	16.780	48.318
Total	<u>9.198</u>	<u>37.807</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ e Base negativa de CSLL	26.265	10.087	36.352	28.711	10.966	39.677
Provisão para perdas de créditos	3.217	1.158	4.375	4.380	1.577	5.957
Provisão para demanda judicial	16.351	5.887	22.238	3.402	1.225	4.627
Outras	4.400	1.584	5.985	193	69	262
Diferenças temporárias:	23.968	8.629	32.597	7.975	2.871	10.846
Total	<u>50.233</u>	<u>18.716</u>	<u>68.949</u>	<u>36.686</u>	<u>13.837</u>	<u>50.523</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos

Passivo	30/12/2022			31/12/2021			
	Depreciação Fiscal x Gerencial	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Total		(3.688)	(1.327)	(5.015)	(2.477)	(891)	(3.368)

12. Outros créditos não circulante

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundos do investimentos	14	14
Adiantamentos diversos	-	117
Créditos a recuperar	4.629	3.066
Assistência médica a recuperar	-	2.994
Despesas antecipadas (a)	3.778	-
Total	8.421	6.191

- (a) Trata-se de parte do gasto com a dragagem de manutenção que será amortizado por um período de dois anos conforme informado na Nota Explicativa n° 8.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 13. Imobilizado

	Terrenos	Obras complem. 4 a 5	Total Obras civis 2,5 a 50	Instalações 4 a 10	Máquinas/ Equipam. 5 a 25	Veículos automotor 20	Móveis/ utensílios 10	Equip. dados 20	Imobiliz em curso	Direito de uso	Total do Imobilizado
Taxa média de depreciação (%a.a.)	-								-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020											
Sd inicial	11.056	1.329	358.171	23.034	66	401	630	114	27.695	5.437	427.933
Aquisições	-	-	223	249	33	-	153	124	5.637	583	7.002
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(2.795)	(261)	(20)	(2.294)	(320)	-	(2.034)	(2.199)	-	-	(9.923)
Depreciação	-	(123)	(11.031)	(1.770)	(9)	(91)	(134)	(40)	-	(429)	(13.627)
Crédito PIS/COFINS	-	(13)	(383)	(185)	-	-	-	-	-	(54)	(635)
Baixas de depreciação	-	261	-	797	293	-	1.579	2.192	-	-	5.122
Saldo contábil, líquido	8.261	1.193	346.960	19.831	63	310	194	191	33.332	5.537	415.872
Saldos em 31 de dezembro de 2021											
Custo	11.056	10.747	451.856	34.919	10.358	664	2.882	2.807	27.695	6.033	559.017
Aquisições	-	-	223	249	33	-	153	124	5.637	730	7.149
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(2.795)	(261)	(20)	(2.294)	(320)	-	(2.034)	(2.199)	-	-	(9.923)
Depreciação acumulada	-	(9.293)	(105.099)	(13.043)	(10.008)	(354)	(807)	(541)	-	(1.226)	(140.371)
Saldo contábil líquido	8.261	1.193	346.960	19.831	63	310	194	191	33.332	5.537	415.872
Saldos em 31/12/2022											
Taxa média de depreciação (%a.a.)	-								-	-	-
Sd inicial	8.261	1.193	346.960	19.831	63	310	194	191	33.332	5.537	415.872
Aquisições	-	-	160	108	229	-	-	86	1.006	2.137	3.726
Transferências	-	(10.486)	(452.217)	(15.307)	(1.360)	-	-	-	(4.423)	-	(483.793)
Baixas	(8.261)	-	-	-	-	-	-	-	(2.771)	(1.661)	(12.693)
Depreciação	-	(100)	(8.083)	(1.211)	(11)	(83)	(37)	(46)	-	(604)	(10.175)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(301)	(102)	-	(9)	-	-	-	(52)	(464)
Baixas de depreciação	-	9.393	113.481	10.549	1.083	-	-	-	-	-	134.506
Saldo contábil, líquido	-	-	-	13.868	4	218	157	231	27.144	5.357	46.979
Saldos em 31/12/2022											
Custo	8.261	10.486	452.057	32.874	10.070	664	1.001	732	33.332	6.763	556.240
Aquisições	-	-	160	108	229	-	-	86	1.006	2.137	3.726
Transferências	-	(10.486)	(452.217)	(15.307)	(1.360)	-	-	-	(4.423)	-	(483.793)
Baixas	(8.261)	-	-	-	-	-	-	-	(2.771)	(1.661)	(12.693)
Depreciação acumulada	-	-	-	(3.807)	(8.935)	(446)	(844)	(587)	-	(1.882)	(16.501)
Saldo contábil líquido	-	-	-	13.868	4	218	157	231	27.144	5.357	46.979

A baixa no montante de R\$ 8.261 na conta de terrenos foi realizada conforme determinação do inciso II, art. 3º, da Resolução CPPI nº 188/2021. A devolução de dois terrenos foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 13 de janeiro de 2022 e teve como contrapartida a redução de capital social proporcional dos acionistas.

Após a assinatura do contrato de concessão, os bens classificados no Imobilizado que serão reversíveis ao final do contrato ao poder concedente foram transferidos para o Intangível conforme ICPC 01. A depreciação dos bens remanescentes no imobilizado após a transferência dos bens reversíveis da concessão permaneceram as taxas já utilizadas.

O valor líquido do imobilizado em operação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 14.478, dos quais R\$ 13.651 (94,3%) referem-se ao Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações, conhecido por VTMS - Vessel Traffic Management Information System, formado por equipamentos, softwares, computadores, radares, sinalização, câmeras, rede lógica, alimentação elétrica, entre outros.

#### 14. Intangível

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão, e desta forma serão amortizados até o final do contrato. O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados. Todos os bens intangíveis relacionados a concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

A movimentação do ativo intangível no período findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é apresentada como segue:

	OUTORGAS Direito da Concessão	Ativos Intangíveis da Concessão	Total Ativos Concessão	Bens Anteriores a Concessão	Total Ativo Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2020					
Saldos iniciais	-	-	-	6.434	6.434
Aquisições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	(6.434)	(6.434)
Ajuste a Valor Presente	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021					
Custo	-	-	-	6.434	6.434
Amortização acumulada	-	-	-	(6.434)	(6.434)
Baixa	-	-	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	-	-	-	-	-

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Outorga Fixa	Outorga à vista	Ativos da Concessão	Total intangíveis concessão	Bens Anteriores a Concessão	Total intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2022						
Saldos iniciais	-	-	-	-	-	-
Aquisições	618.850	106.000	359	725.209	-	725.209
Baixas	-	-	-	-	(817)	(817)
Transferências	-	-	349.287	349.287	-	349.287
Amortização	(1.857)	(757)	(2.391)	(5.005)	-	(5.005)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(43)	(43)	-	(43)
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	(358.850)	-	(358.850)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	817	817
Saldo contábil, líquido	258.143	105.243	347.212	710.598	-	710.598
Saldos em 31 de dezembro de 2021						
Custo	618.850	106.000	359	725.209	6.434	731.643
Baixa	-	-	-	-	(817)	(817)
Transferências	-	-	349.287	349.287	-	349.287
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	(358.850)	-	(358.850)
Amortização acumulada	(1.857)	(757)	(2.391)	(5.005)	(5.617)	(10.622)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(43)	(43)	-	(43)
Saldo contábil líquido	258.143	105.243	347.212	710.598	-	710.598

15. Fornecedores

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de Serviços	8.053	3.644
Fornecedores de Material	570	44
	<u>8.623</u>	<u>3.688</u>

Composto substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática.

16. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
COFINS a recolher	305	441
PIS a recolher	2	93
ISS a recolher	298	561
IRPJ/CSLL a recolher	-	138
Total	<u>605</u>	<u>1.233</u>

17. Salários e encargos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Salários, férias e outras gratificações	6.641	4.013
INSS a recolher	1.057	381
FGTS a recolher	352	294
IRRF sobre a folha de pagamento	1.552	731
Outras obrigações trabalhistas	308	570
Total	<u>9.910</u>	<u>5.989</u>

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Arrendamento mercantil

Arrendamento (Passivo)	Saldo contábil 31/12/2020	Adições	Juros Apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação	Pagamento	Saldo em 31/12/2021
Imóveis	5.636	-	545	448	(1.065)	5.564
Circulante	470	-	-	-	-	562
Não Circulante	5.166	-	-	-	-	5.002

Arrendamento (Passivo)	Saldo contábil 31/12/2021	Adições	Juros Apropriado	Variação monetária / Efeitos de renovação	Pagamento	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	5.564	2.137	378	(1.393)	(896)	5.790
Circulante	562	-	-	-	-	493
Não Circulante	5.002	-	-	-	-	5.297

(\*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto a terceiros. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde encontra-se à sede administrativa da Companhia e aluguel de uma área onde encontra-se instalado uma torre integrante do sistema VTMISS.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Descrição	2024	2025	2026	2027 até o término dos contratos
Imóveis	477	509	544	3.767

19. Adiantamento arrendamento cliente

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos Não circulante	20.000	22.000
Total	22.000	24.000

Valor recebido antecipadamente referente à contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02/10/2008 a 30/09/2033, que visa atender ao PLANGÁS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Termo de compromisso financeiro - Portus

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC		
Circulante	9.469	7.933
Não circulante	78.040	80.477
Total	87.509	88.410

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro - TCF com o PORTUS no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07.2020 e a última está prevista para junho/2035;
- Sistema Price de Amortização; e
- atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

A seguir a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no período:

Saldo inicial em 1º de dezembro de 2020	84.578
(+) Juros	5.976
(-) Pagamentos	(10.156)
(+/-) Atualização/Ajustes	8.012
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2021	88.410
(+) Juros	(4.185)
(-) Pagamentos	(6.030)
(+/-) Atualização/Ajustes	9.314
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2022	87.509

A Companhia assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa pré-fixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos que meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Passivos Financeiros:							
Empréstimos e Financiamentos	INPC	87.509	5.189	6.487	7.784	3.892	2.595

## 21. Obrigações com o poder concedente

Descrição	31/12/2022
Outorga Variável	3.476
Terreno Greenfield	328
<b>Total</b>	<b>3.804</b>

### 21.1. Outorga variável

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Companhia. Para fins de pagamento o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do período, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

### 21.2. Obrigação sobre terreno greenfield de Barra do Riacho

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente a obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Benefício pós emprego

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Complementação aposentadoria	1.914	-
Total Curto Prazo	1.914	-
Complementação aposentadoria	10.029	-
PORTUS	25.624	46.210
Total Longo Prazo	35.653	46.210

22.1. PORTUS

Saldo Plano Pensão Portus 31 de dezembro de 2021	46.210
Ajustes cálculo atuarial no período	(2.842)
Ajuste ORA	(17.744)
Saldo Plano Pensão Portus 31 de dezembro de 2022	25.624

23. Outras contas a pagar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Credores diversos	276	276
Credores depósitos caucionados	57	1.840
Depósitos e consignações	297	765
Assistência médica	251	850
Total	881	3.731

24. Provisão para demanda judicial

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem a que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia, as ações em que a CODESA é ré são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso. No encerramento de 2022 o corpo jurídico procedeu a atualização monetária dos valores provisionados, assim como passou a utilizar o valor homologado do processo para fins de provisão, ao invés do valor apontado pelo perito.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Provisões para demandas judiciais prováveis

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão provável para demandas judiciais:		
Processos trabalhistas	25.147	11.701
Processos cíveis	34.689	1.904
Processos tributários	5.570	-
<b>Total</b>	<b>65.406</b>	<b>13.605</b>

A partir de 31 de dezembro de 2021 as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para demandas judiciais prováveis:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Processos tributários	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	11.701	1.904	-	13.605
Complemento de provisão	20.342	34.007	5.570	59.919
Pagamentos/baixas de alvarás	(6.896)	(1.222)	-	(8.118)
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	<b>25.147</b>	<b>34.689</b>	<b>5.570</b>	<b>65.406</b>

b. Demandas judiciais classificadas como possíveis

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Demandas judiciais Possíveis:		
Processos trabalhistas	16.577	8.768
Processos cíveis	278.989	23.688
Processos tributários	708	-
<b>Total</b>	<b>296.274</b>	<b>32.457</b>

Dentre os principais processos classificados como possíveis podemos destacar:

- Instituto PORTUS no valor de R\$ 107.410. Trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da CODESA e de todas as Autoridades Portuárias do país, vinculadas ao PORTUS, por meio da qual a entidade de previdência privada cobra valores supostamente devidos a título de passivo previdenciário atuarial, relativo à diferença apurada entre uma auditoria realizada em 30 de junho de 2000 e uma nova auditoria realizada em 08 de dezembro de 2009;
- Peiú no valor de R\$ 58.765. Trata-se de ação ordinária ajuizada pela PEIÚ SPE S/A em face da CODESA por meio da qual a autora requer a recomposição o equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de arrendamento (ASSJUR nº 034/98);
- Flexibrás no valor de R\$ 62.359. Trata de Ação Ordinária ajuizada pela Flexibrás e Techinip em face da CODESA, objetivando a prorrogação de contratos firmados entre as partes e impedir a abertura de procedimento licitatório para arrendamento da área objeto do contrato firmado entre as partes;
- Frannel no valor de R\$ 9.859. A Frannel ajuizou a presente ação com o intuito de cancelar protesto de título realizado pela CODESA, bem como esta seja impedida de realizar qualquer cobrança.



#### 24.1. Entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

#### 25. Obrigações com o poder concedente

Descrição	31/12/2022
Outorga fixa	618.850
Ajuste a valor presente	(355.246)
Atualização IPCA	4.293
Total	267.897

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota 14 e o Passivo conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

#### 26. Outras contas a pagar não circulante

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações convênios	6.852	6.848
Credores depósitos caucionados	-	221
Total	6.852	7.069

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 27. Patrimônio Líquido

### 27.1. Capital Social

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	568.568	550.292
Ações Ordinária	7.065.304.092	6.634.793.859

### 27.2. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) Lucro Líquido	(29.512)	67.504
Ações Ordinária	7.065.304.092	6.634.793.859
Resultado Básico por ações em Reais R\$	(0,0042)	0,0102

### 27.3. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em atendimento aos dispositivos da Resolução CPPI nº 188/2021 que aprovou a modelagem e condições de desestatização da Companhia, o saldo dos recursos recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC enquanto Empresa ainda pública, foram integralmente restituídos aos Acionistas.

### 27.4. Ajustes de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, apontou em 31/12/2022, um ganho líquido de R\$ 17.744 em relação ao saldo de 31/12/2021 referente ao compartilhamento do risco do plano.

### 27.5. Prejuízos acumulados

O Prejuízo Acumulado de R\$ 111.563 é resultado do saldo dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores acrescido do resultado apurado até 31 de dezembro de 2022.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Receita operacional líquida

O saldo da receita nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	195.588	197.468
Receitas com serviços portuários:	132.329	136.134
Receitas com arrendamentos:	63.259	61.334
Impostos sobre vendas e serviços	(21.691)	(21.715)
Cancelamentos e devoluções	(920)	(2.855)
Receita operacional líquida	172.977	172.898

29. Custos e despesas por natureza

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(79.032)	(63.154)
Serviços de terceiros	(22.512)	(19.881)
Amortizações concessão	(2.614)	-
Depreciações e amortizações	(12.566)	(13.641)
Materiais	(370)	(213)
Seguros	(1.342)	(266)
Obrigações da Concessão	(8.324)	-
Energia, água e outras utilidades	(2.666)	(2.675)
Ações Judiciais	(8.987)	(3.914)
Multas	(409)	(1.183)
Despesas Tributárias	(402)	(252)
Outras despesas	(3.700)	(1.714)
	(142.924)	(106.893)
Custos dos serviços prestados	(81.250)	(61.907)
Despesas gerais e administrativas	(61.674)	(44.986)
	(142.924)	(106.893)

30. Outras receitas e despesas, líquidas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para demanda judicial	(59.919)	(9.411)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(720)	(20.932)
Provisão complemento aposentadoria	(11.943)	-
Provisão Assistência médica	(1.909)	(551)
Perdas de Capital	(3.222)	(4.816)
Reversão provisão p/ riscos	-	1.142
Reversões de provisão p/ crédito liquid. duvidosa	124	3.063
Reversão assistência médica	111	98
Outras despesas e receitas operacionais	884	670
	(76.594)	(30.737)

## COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Variação monetária ativa	913	668
Rendimentos com aplicações financeiras	12.627	3.018
Juros ativos	2.982	662
Descontos obtidos	28	2
Outras receitas financeiras (juros e atual. s/ dep. Judiciais)	3.965	1.319
	<u>20.515</u>	<u>5.669</u>
Despesas financeiras:		
Variação monetária passiva	(10.948)	(10.696)
Despesas bancárias	(60)	(31)
Juros sobre empréstimos	(573)	(216)
Juros passivos	(120)	(1)
Outras despesas financeiras	(983)	(296)
	<u>(12.684)</u>	<u>(11.240)</u>

### 32. Seguros

A Companhia mantém seguros de vida para usuários e terceiros, de responsabilidade civil, de bens móveis e imóveis e seguro do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia tem contratado seguros com cobertura nos seguintes riscos:

Descrição	Coberturas	
	31/12/2022	31/12/2021
Vida de Usuários e Terceiros	30.000	30.000
Responsabilidade Civil(a)	216	-
Bens Móveis e Imóveis(a)	35.000	-
Contrato de concessão(a)	50.144	-

(a) Em 2021 não havia seguros dessa espécie contratado.

### 33. Instrumentos financeiros

#### 33.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 33.2. Categorias de instrumentos financeiros

Instrumentos Financeiros	Nota	Valor Justo	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo:			
Custo amortizado			
Caixa e Equivalente de caixa	4	82.642	131.445
Contas a Receber	5	5.621	12.933
Créditos Negociados com Clientes	6	5.400	1.186
Depósitos Judiciais	10	47.585	53.691
		<u>141.248</u>	<u>199.255</u>
Passivo:			
Custo amortizado			
Fornecedores	15	8.623	3.688
Passivos de Arrendamento	18	5.790	5.564
Outras contas a pagar	23	881	3.731
Obrigações com Poder Concedente	21	271.701	-
		<u>286.995</u>	<u>12.983</u>

## 33.2.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

## 33.2.2. Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Companhia, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754.000,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do sexto ano até o trigésimo ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA.

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

### 33.2.3. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e, os índices acumulados dos últimos que meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Saldo Patrimoniais							
Ativos Financeiros:							
Aplicações financeiras	102% CDI	79.948	11.131	13.914	16.697	8.348	5.566
Passivos Financeiros:							
Obrigações com poder concedente	IPCA	267.897	15.002	18.753	22.503	11.252	7.501
Divida Líquida		<u>187.949</u>	<u>3.871</u>	<u>4.839</u>	<u>5.907</u>	<u>2.903</u>	<u>1.936</u>

## 34. Eventos subsequentes

### 34.1. Aporte Capital Minoritários

O aporte de capital dos acionistas minoritários foi concluído em janeiro, ficando a nova situação patrimonial com a seguinte composição:

Descrição	31/01/2023	
Ações ordinária	7.066.362.882	100,000%

34.2. Publicação Edital PDIV

O Edital do PDIV 2023, divulgado em 12 de janeiro de 2023, visa estabelecer critérios e procedimentos para concessão de incentivo à demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável nos moldes do artigo 477-B da CLT e da decisão proferida no RE 590415 do STF (Tema 152), ressaltando-se apenas os processos judiciais iniciados antes de 10/01/2023 (exclusive). Podem participar deste programa todos os empregados com vínculo ativo em 05 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da Companhia.

---

Ibson José Hulle Filho  
Diretor Presidente

---

Helio Mota Pimentel  
Diretor Administrativo Financeiro

---

Pedro Henrique Garcia  
Diretor Comercial

---

Bruno Luciano Fardin  
Diretor de Infraestruturas e Operações

---

Rodrigo Bernardes Braga  
Diretor Jurídico

---

Kátia Lima Marinato  
Coordenadora Contábil  
CRC: 18.609-0